PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

LIZANDRA SERAFIM

Entrevistei Luciana Aliaga no dia 4 de dezembro de 2018, no *campus* da Universidade Federal da Paraíba, onde ambas trabalhamos, mas em departamentos diferentes. Luciana foi muito gentil e aberta desde o início da conversa. Precisei me conter, ao longo da entrevista, para evitar intervir demasiadamente, quando meu desejo era debater questões instigantes que ela levantou a partir do relato de sua trajetória e experiência de vida.

Duas questões me chamaram a atenção na fala de Luciana. A primeira delas é a relação entre a trajetória profissional e vida privada. Luciana tomou a decisão de não ter filhos. Foi marcante, em sua fala, a percepção de que a mulher é penalizada, no âmbito profissional, pela escolha de constituir família. Ela aponta uma incompatibilidade entre uma vida profissional satisfatória e a vida de mãe. A penalidade para a mulher seria ter que abrir mão de um destes aspectos da vida, questão que não se colocaria para os homens.

A segunda questão que me chamou a atenção a partir de seus relatos foi o machismo e suas pequenas violências invisibilizadas no ambiente profissional. A entrevistada vivenciou e testemunhou situações de assédio relacionadas ao machismo no ambiente profissional e teve facilidade em enumerá-las e nomeá-las. No entanto, o processo de entrevista provocou nela e em mim uma reflexão sobre os efeitos mais sutis, mas não menos perversos, dessas experiências em sua vida prática e subjetividade – o que nem sempre é imediatamente identificado, nomeado e compreendido pela pessoa nesse tipo de situação. O que pode ser identificado como um sentimento de tristeza, aversão, vontade de se afastar de pessoas ou de um ambiente nocivo, é compreendido, em uma primeira análise, como algo que se encerra no mundo subjetivo. No entanto, a reflexão conjunta sobre estes sentimentos e situações trouxe à luz os efeitos nocivos dessas violências sobre o exercício da profissão de maneira muito mais prolongada, marcante e presente no cotidiano.

Ficou claro, do meu ponto de vista, a partir dos relatos e debates com as entrevistadas, a necessidade de acessarmos, refletirmos, compreendermos e combatermos os reais efeitos do machismo e suas marcas que, paulatinamente, minam a nossa plena participação no mundo público e profissional.

A possibilidade do encontro com essas mulheres e do debate propiciado por este projeto foi, para mim, uma experiência marcante. Agregou novos elementos à minha reflexão sobre esse tema, sobre minhas próprias vivências e sobre meu lugar e o lugar da mulher no mundo profissional. Agradeço à ABCP, às organizadoras da pesquisa e às entrevistadas pela oportunidade.

Auto-apresentação

LUCIANA ALIAGA

Atualmente, sou professora adjunta no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB).

Defendi meu doutorado em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2013) sob a orientação do professor Alvaro Bianchi, com período de estágio doutoral no exterior na *Università degli Studi di Torino*/Itália, sob a orientação do Prof. Angelo D'Orsi. Minha tese, publicada como livro (*Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução*. Curitiba: Appris, 2017), se debruçou sobre o diálogo de A. Gramsci com a Ciência Política italiana, especificamente com o elitista V. Pareto, no interior de um campo de estudos vinculado ao realismo político de Maquiavel.Sou graduada (2006) e mestre (2008) também pela Unicamp. Minha dissertação – "A forma política do MST" – tratou da estrutura organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como uma "forma partido", uma vez que ele assumiria determinadas "funções" diretivas e organizativas, tornando-se elaborador de "novas intelectualidades", inserindo frações das classes subalternas no debate político nacional.

Sou membro do Conselho Nacional da *International Gramsci Society* – Brasil, a IGS-Brasil, que é uma organização sem fins lucrativos formada em maio de 2015 no Brasil e tem filiação à IGS-Mundial. Tem, por finalidade, divulgar a vida, a obra e o pensamento de Antonio Gramsci no Brasil nos âmbitos intelectual, cultural, político e social, além de promover o debate sobre a obra do autor através da colaboração com universidades, grupos de pesquisas, organizações políticas e movimentos sociais.

Sou líder do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade/CNPq-UFPB. O grupo congrega pesquisas baseadas em análises materialistas que convergem para o estudo dos processos modernos e contemporâneos de estabilidade, crise e mudança social, em especial no Brasil. Participam do grupo alunos de pós-graduação, com pesquisas em nível de mestrado e doutorado, e alunos de graduação, com pesquisa de iniciação científica.

Sou, também, membro do coletivo de professores da UFPB o Cordel – Coletivo Representativo dos Docentes em Luta, que se dedica à atuação política em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Sou membro do comitê editorial da revista Crítica Marxista e membro do conselho das revistas Outubro e Urutágua.

Tenho desenvolvido pesquisas ao longo da minha trajetória acadêmica na área de teoria política, história do pensamento político e análise marxista da política, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Teoria e pensamento político; Pensamento Político Italiano; Teorias do Socialismo; Estado, sociedade civil e movimentos sociais.

Entrevista

Lizandra Serafim: *Boa tarde, obrigada por ter aceito o convite, Luciana Aliaga. Vamos iniciar a entrevista com a sua trajetória na Ciência Política. Você poderia apresentar sua trajetória profissional: formação, filiações institucionais, por onde você passou até chegar aqui?*

Luciana Aliaga: Boa tarde. A minha formação toda é na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], ou seja, fiz graduação, mestrado e doutorado lá. Uma coisa estranha, talvez, seja o fato de, antes de fazer a graduação em Ciências Sociais, ter feito Teologia. Venho de uma cidade muito pequena no interior de São Paulo chamada Capão Bonito e, na juventude, tinha pouquíssimas possibilidades de estudo após o ensino médio, de modo que a minha aproximação com os protestantes – que tinham uma preocupação com o estudo bíblico e com o conhecimento de sua própria história, mantendo, para isto, um Seminário de Teologia em Campinas, São Paulo – me fez querer estudar teologia. Minha família é toda de origem católica, mas eu via no protestantismo formas de estudo, formas de conhecimento que não havia nas minhas referências familiares. Portanto, fui para Campinas estudar Teologia.

LS: *Mas isso é uma graduação?*

LA: É um bacharelado que não é reconhecido pelo MEC [Ministério da Educação]. O interessante é que a pergunta pela justiça social no âmbito religioso me levou a querer fazer uma graduação em Ciências Sociais, só que a graduação em Ciências Sociais me fez romper com a Teologia (risos). No início da minha trajetória, queria muito entender a relação entre política e religião, porque via uma similaridade muito grande entre esses dois campos, o que me levou a estudar o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] na graduação, em especial a mística que realizam. Estudar o MST na Sociologia me levou a querer entender a sua formação política – uma discussão que havia na época era se a militância do MST passava por processos de formação ou de produção do militante, processos de conformação mais do que ativação intelectual –, desse modo decidi fazer o mestrado em Ciência Política para estudá-lo. Na minha graduação, tive contato com Gramsci – até hoje lembro, quem o me apresentou foi a professora Ângela Araújo, na disciplina de Teoria do Estado II – e resolvi utilizá-lo como paradigma teórico para o estudo do MST no mestrado, defendido em 2008. Um importante capítulo na minha formação foi a participação entre os anos de 2006 e 2013 no grupo de pesquisa "Marxismo e pensamento político", vinculado ao Centro de Estudos Marxistas, Cemarx-Unicamp, que agora constitui o Laboratório de Pensamento Político, o Pepol, coordenado pelo Prof. Alvaro Bianchi. O grupo é importante porque constitui uma frente brasileira dos novos estudos gramscianos, caracterizados pela utilização da metodologia genético-diacrônica, que busca uma reconstrução rigorosa do movimento da escrita de Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, haja vista sua forma fragmentária e de difícil apreensão. Esta metodologia filológica foi formulada por um conjunto de pesquisadores da *International Gramsci Society* [IGS], em especial na Itália, aplicada em uma série de seminários que ocorreram entre 2000 e 2009 e que se debruçaram sobre os principais conceitos dos *Cadernos*. Estes seminários deram origem ao *Dicionário Gramsciano*, publicado em 2010 na Itália e traduzido para o português em 2017 pela Editora Boitempo. No doutorado, permaneci na área de estudos gramscianos porque entendi que, da formação na graduação, foi o que veio mais ao encontro das minhas questões de pesquisa e de estudo. A teoria gramsciana respondia de forma

mais abrangente as questões que eu colocava, inclusive, sobre a relação entre religião e política, esses processos de formação do militante, de educação política. Mas, no doutorado, acabei fazendo uma pesquisa teórica mais voltada para o pensamento político, com o intuito de compreender a formação intelectual de Gramsci, uma discussão sobre Ciência Política na Itália, e cheguei até Vilfredo Pareto, um autor que, no Brasil, praticamente ninguém estuda nas Ciências Humanas, mas que é importante na cultura italiana e para a reconstrução da trajetória intelectual de Gramsci. Foi a partir da minha pesquisa de doutorado que fui selecionada para participar da primeira *Summer School* promovida pela IGS-Itália, em 2014. Essa iniciativa da IGS, que tinha como tema o binômio subalternidade/hegemonia, buscou selecionar, prioritariamente, pesquisadoras – mulheres – latino-americanas. Dos 14 selecionados, 12 eram mulheres e 4 eram brasileiras. Tivemos uma semana de estudos intensos em Ghilarza (Sardenha), o foco foi o conceito de subalternidade em suas diferentes dimensões. Considero esta experiência uma das mais importantes na minha trajetória. Dei uma volta pelo Brasil um pouco antes de terminar o doutorado. Estava quase terminando e, por uma questão econômica, comecei a prestar concursos e passei em dois. Um foi para a Universidade Federal do Tocantins [UFT], em que o *campus* fica no Bico do Papagaio, em uma cidade chamada Tocantinópolis, localizada entre o Maranhão e o Pará. Foram 11 meses bastante difíceis, porque fui sozinha para lá, meu marido não foi. Foram 11 meses bem duros.

LS: *Mas você não tinha concluído o doutorado ainda?*

LA: Ainda não, mas a minha bolsa ia acabar em alguns meses – tinha a bolsa da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] – e não queria esperar que ela acabasse para começar a me virar.

LS: *Em que ano foi isso?*

LA: Foi em 2011. Passei, também, para a Universidade Estadual de Londrina [UEL]. Os dois concursos foram muito próximos, só que o de Londrina demorou 11 meses para me chamar, exatamente o período em que fiquei no Tocantins, que é um mundo à parte. O Tocantins é uma terra muito dura, muito pobre, de muito coronelismo, de muita violência física e simbólica. Eu e meu marido nos separamos durante esse tempo por causa da distância, do fim do doutorado – ele estava terminando o doutorado na Filosofia, eu estava no Tocantins... Depois de um tempo, me chamaram para trabalhar na UEL e fui para Londrina no começo de 2013, quando, também, defendi meu doutorado. Fiquei lá até 2014, quando teve um concurso aqui para a Universidade Federal da Paraíba [UFPB], fiz e foi assim que vim para cá.

LS: *E por que sair da UEL e vir para cá?*

LA: Principalmente por causa da relação. É preciso ressaltar, contudo, que, apesar da escolha de vir para a UFPB ter sido prioritariamente de ordem pessoal, ela foi muito importante para a minha trajetória profissional. O programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, credenciado em 2016, oferece uma formação única nas duas áreas. Foi um projeto que se iniciou logo que cheguei ao departamento de Ciências Sociais, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes [CCHLA], a partir de um projeto conjunto com o departamento de Relações Internacionais, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, ambos ligados à UFPB. Com a minha chegada, o quadro de professores da área de Ciência Política se ampliou, tornando o projeto possível, de modo que pude participar do processo de formulação e institucionalização do programa desde o início, compondo a linha de teoria e pensamento político e sendo, ressalte-se, a única mulher da linha de Ciência Política a compor o programa.

LS: *E seu marido já estava em João Pessoa nesse período?*

LA: Sim. Nós morávamos em Campinas e estávamos prestando concursos. Na época, ele prestou um concurso aqui para a Paraíba e ficou em segundo lugar. Quando fui para o Tocantins, o chamaram. Ele estava aqui enquanto eu, depois de rodar, estava em Londrina. Fizemos um acordo quando reatamos: quem passar primeiro em algum concurso próximo vai. Priorizei mais a relação do que a minha carreira nesse momento, porque, em Londrina, o ambiente de trabalho me agradava muito. Eu fazia parte do Gepal, Grupo de Estudos de Política da América Latina, no qual havia um grupo de pesquisadores próximos à minha área de estudos – que é teoria política marxista –, mas abri mão por conta de um acordo, priorizei a minha vida pessoal, digamos, e estou aqui.

LS: ***Desde 2014?***

LA: Desde agosto de 2014.

LS: *Como que você descreveria suas principais áreas de interesse de pesquisa? Você já falou um pouquinho, mas poderia detalhar mais?*

LA: Tenho trabalhado com teoria e pensamento político desde, pelo menos, o início do doutorado, principalmente pensamento político italiano, por conta do Gramsci; bem como a discussão sobre as formas de abordagem da teoria e método da Ciência Política a partir da história do pensamento político. E, também, uma área mais ampla, de teoria política marxista, teoria do socialismo, do estado, da sociedade civil, da hegemonia, teoria crítica da democracia, mas também movimentos sociais – justamente porque, no mestrado, estudei o MST –, partidos políticos, Estado, sociedade civil, mas a partir de uma abordagem marxista.

LS: *Só voltando um pouco, quando você falou da sua trajetória, teve alguma outra filiação institucional pela qual você passou? Foi basicamente Unicamp, mestrado e doutorado, e as instituições que você deu aula?*

LA: Sim, fiz a formação, desde a graduação até o doutorado, na Unicamp. Fiz também um período do doutorado no exterior – o chamado sanduíche – na *Università degli studi di Torino*, com o professor Angelo D'Orsi, especialista em história das ideias políticas e estudioso do pensamento de Gramsci, com diversas publicações importantes nas duas áreas, o que acrescentou muito à minha formação.

LS: *E quais foram e são as principais influências, obras, autores, teorias, sobre o seu trabalho? Você já falou também um pouquinho, mas se quiser aprofundar...*

LA: Sobretudo dentro do campo marxista, os autores que tenho trabalhado desde a graduação. Comecei, na verdade, a me aproximar desse campo com Michael Löwy, principalmente o seu livro "Romantismo e messianismo", ainda na graduação, por indicação do professor Ruy Braga que, apesar de não ter sido meu professor, foi muito importante para que eu encontrasse meu primeiro objeto de pesquisa. Löwy foi um autor que me instigou, justamente porque estava interessada na relação entre política e religião, foi um autor que me trouxe para dentro desse campo de estudos. Além dele, foram importantes os autores mais clássicos do marxismo também. Além do próprio Marx e Engels, Lênin, Lukács, Althusser e Gramsci, lógico, e seus intérpretes. No Brasil, duas influências importantes são Carlos Nelson Coutinho e Edmundo Dias, dois importantes intérpretes brasileiros do pensamento de Gramsci. Mais recentemente, uma bibliografia brasileira com a qual tenho buscado trabalhar é com o resgate do pensamento político de Florestan Fernandes. Porque

uma questão fundamental dentro do campo de estudos gramscianos é a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento do Estado unitário na Itália, o *Risorgimento* italiano, a partir do conceito de revolução passiva. Há um conjunto de autores muito importantes no Brasil que, desde a década de 1970, busca interpretar nossa sociedade a partir dessa chave gramsciana. Luiz Werneck Viana, por exemplo, tenta fazer isso; Carlos Nelson Coutinho, como já falei; tem um debate, também, com Chico de Oliveira no Brasil... O esforço de formular uma interpretação, no Brasil, utilizando as categorias de Gramsci tem me parecido, contudo, um pouco lacunar, porque falta uma discussão sobre as especificidades do Brasil e da América Latina. Comecei com Gramsci, estou ainda com ele, mas tenho buscado, cada vez mais, em Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Chico de Oliveira fazer essa leitura da especificidade do Brasil pensando como nossa revolução pelo alto – como o Florestan Fernandes diz, a revolução encapuzada – conforma uma cultura autoritária, uma democracia restrita a pequenas elites no poder, utilizando categorias de Gramsci como o transformismo e revolução passiva. O que estou tentando fazer agora é compreender a nossa democracia, não apenas a partir de aspectos conjunturais, mas estruturais, retirados desse campo amplo do marxismo e do pensamento brasileiro também. Essa minha última pesquisa foi para fazer um levantamento de como a bibliografia, aqui de dentro e fora, que trata do Brasil a partir da "tradução" do pensamento de Gramsci buscou interpretar os nossos processos. O que tenho percebido é justamente que há certa transposição de lá para cá e que falta aquilo que é específico mesmo do Brasil, ou seja, o estudo da nossa colonialidade e da dependência externa. Estou começando a estudar também o Aníbal Quijano, a questão do colonialismo e do pós-colonialismo para ver até que medida é possível usar Gramsci para fazer uma leitura das especificidades da periferia latino-americana. É mais ou menos esse campo, desde o início até agora, que tem me instigado.

LS: *Você contou com apoio financeiro institucional para seguir nas áreas de pesquisa que te interessavam?*

LA: Contei. No mestrado, contei com a bolsa da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] e, no doutorado, com a bolsa da Fapesp.

LS: *E nas suas pesquisas já como docente, algum apoio?*

LA: Não. Para as pesquisas como docente, na verdade, não pedi financiamento até agora.

LS: *Agora vamos tratar da relação entre a sua trajetória acadêmica e a vida privada. Como a sua trajetória profissional foi, se foi, afetada por sua vida privada e vice-versa, isso é, a vida privada afetada pela sua vida profissional? Já falou um pouquinho, falou dessa questão de vir para João Pessoa, mas se puder aprofundar e tratar de outros momentos e outros aspectos da sua vida profissional e da sua vida pessoal...*

LA: Uma opção minha, que é um dado da minha vida privada, mas que, de certo modo, favoreceu a minha vida profissional foi a escolha de não ter filhos. Não escolhi não ter filhos por conta da minha vida profissional, escolhi não tê-los porque não me vejo mãe, mas acho que foi uma escolha que me favoreceu, me deu mais tempo, me liberou para me dedicar de uma forma mais integral à minha vida profissional. Agora, outro fator que considero ser da vida privada e que interfere na vida de qualquer um é o econômico. Foi o motivo de ter ido para o Tocantins e não ter terminado o doutorado com calma para poder escolher o concurso que queria fazer. Foi uma questão econômica, mas se você tem uma proteção familiar, pode se dar ao luxo de esperar, isso faz muita diferença. No meu caso, desde muito nova sempre fui independente economicamente. Desde que

sai da minha casa em Capão Bonito com 20 anos para vir para Campinas respondo por mim. O fato de eu precisar ou da bolsa, ou de um emprego é um dado da nossa vida privada e da nossa vida acadêmica que influencia muito. O fim do doutorado e o início da carreira é um momento muito sensível e nem todo mundo pode esperar com calma para poder prestar um concurso. Para mim, voltar para a casa dos meus pais não era uma alternativa, essa questão econômica de morar fora de casa muito tempo e não querer voltar a depender dos pais pesou. E o fato de ter escolhido, também, sair da universidade em que estava fazendo uma carreira para vir para cá foi um dado da vida privada, mas também foi uma questão de escolha. Não considero, de nenhuma forma, que isso me tenha sido imposto. Imposto no sentido de que "ou você vem, ou não tem casamento", não foi assim, iríamos ficar juntos de qualquer jeito, mas entendi mesmo que estava priorizando minha vida privada quando vim para cá, porque lá já estava com um grupo de estudos, já estava inserida em um grupo de pesquisa. Nesse sentido, relacionamento e condição econômica são dois elementos importantes de influência na minha vida acadêmica, mas que não acho que tenham, de fato, me prejudicado.

LS: *Você acredita que a relação entre vida privada e atuação profissional se dá de maneira semelhante com seus colegas homens? Ou você vê alguma diferença?*

LA: De modo geral, me parece que as mulheres sentem que precisam acompanhar os seus companheiros, precisam estar com eles. Creio que há uma ideia na nossa cultura de que o homem é quem exerce a atividade principal. É só uma impressão – claro que estou restrita ao meu campo de experiência. Quanto à questão econômica que citei, acho que os homens estão submetidos aos mesmos problemas que nós. E a questão do relacionamento também, porque, como falei, não acho que a minha vida privada tenha interferido. Ainda hoje, na academia, parece que quem exerce a função principal é o homem. As mulheres, quando têm filhos, abrem um pouco a mão, ou pelo menos abriam, das suas carreiras – sem generalizar, é só um ponto de vista. Acho que ainda há diferença dentro da academia entre a forma como os casais decidem sua trajetória, priorizando a carreira do homem. Como disse anteriormente, acho que o fato de não ter tido filhos também me deixou mais livre. Não passei pelos problemas que grande parte das mulheres passa com essa questão de jornada dupla. A minha relação com o meu companheiro sempre foi muito igualitária; em casa, sempre dividimos responsabilidades, dividimos tarefas... O interessante é que ele é da Filosofia e eu das Ciências Sociais, ou seja, temos uma troca muito grande, inclusive conseguimos fazer muita coisa juntos, nossa relação é muito de parceria. De certo modo, talvez eu não tenha passado pelos problemas que grande parte das mulheres passa.

LS: *Como você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, no campo da Ciência Política, no Brasil, nas últimas décadas? Quais foram e são suas virtudes e limites?*

LA: Vejo uma hegemonia do pensamento e dos métodos norte-americanos na Ciência Política – e da pesquisa empírica em detrimento das pesquisas teóricas e do pensamento latino-americano – como um todo e não vejo isso como algo benéfico para a pluralidade do nosso pensamento político. O pensamento crítico – em especial de vertente marxista – tem menos espaço nas revistas especializadas da área. A teoria política é, cada vez mais, considerada como revisão de bibliografia, isso é um estreitamento de visão. Hoje, estamos em um momento em que é muito importante entendermos as novas formas de organização, de mobilização, de mulheres, de negros, LGBT que são fundamentais e que tocam em questões relacionadas a gênero, raça e classe. Acho que a teoria política poderia contribuir, o pensamento crítico poderia contribuir muito com isso, mas esse estreitamento de visão da Ciência Política cerceia um pouco o desenvolvimento de outras áreas – estou falando, especificamente, do marxismo. As revistas se orientam muito para grandes áreas de

pesquisa que são mais prestigiadas e, de certo modo, escanteiam aquilo que consideram, *a priori*, como superados. Para mim, há, nesse campo da Ciência Política no Brasil, da criação dos programas de pós-graduação, dos cursos, uma hegemonia do pensamento norte americano que, às vezes, é redutora. É claro que temos pensamento italiano, francês, alemão, mas quando falo em hegemonia, se virmos as nossas bibliografias, são majoritariamente de vertente anglo-saxã em detrimento das outras, em especial em detrimento da bibliografia latino-americana. Existe pensamento crítico, lógico, mas existe muito cerceamento no sentido desse estreitamento, de entender a teoria política, em grande parte, apenas como revisão de bibliografia. Se formos ver, nos próprios congressos, as áreas de pensamento e de teoria vão perdendo cada vez mais campo para a Ciência Política de vertente mais empírica que, claro, é fundamental, mas isso retira muito a pluralidade. Tenho trabalhado mais recentemente com a busca de uma discussão sobre colonialidade, dependência, imperialismo... Para mim, de certo modo, ainda somos parte dessa colonialidade de pensamento, ainda somos reféns disso; isto se reflete no fato de ter pouco espaço, muitas vezes, nos nossos congressos, eventos e revistas das associações por conta do paradigma teórico a que você está filiado. Faço parte do conselho nacional da *International Gramsci Society* do Brasil [IGS-Brasil], uma associação internacional que tem uma seção no Brasil. Para nós, os estudos gramscianos hoje têm se desenvolvido muito com os *Subaltern Studies*, que se dedicam ao estudo das causas, efeitos e formas de subalternidade e causaram um novo interesse sobre Gramsci no campo da política e da cultura. Em suma, vejo o campo da Ciência Política, hoje, embora tenha alguma pluralidade – não estou negando isso –, cada vez mais fechado para a teoria política. Acho que isso é uma compreensão um pouco equivocada de entender a Ciência Política principalmente como empiria, a teoria é fundamental para pensarmos a prática. Por isso, me vejo, às vezes, um pouco fora do campo da Ciência Política no Brasil. Às vezes, me vejo muito mais no campo da História do Pensamento Político, da Filosofia, porque tem mais interlocução e, assim como eu, imagino que há muitos pesquisadores.

LS: *E especificamente sobre as mulheres nesse campo, na constituição do campo e o que ele é hoje na Ciência Política brasileira, você tem alguma análise?*

LA: Assim como nos diversos outros campos, acho que nós, mulheres, temos sempre que nos impor duplamente pelo pensamento, pela qualidade da pesquisa, e nos impor em um ambiente que ainda é permeado por machismos. Às vezes, vejo que aquilo que uma mulher coloca, que ela formula, quando é um ambiente majoritariamente composto por homens, parece sempre que é menos impactante. Ela diz alguma coisa que ninguém presta muita atenção e logo em seguida o homem diz a mesma coisa e é considerado como: "Nossa, como você pensou isso sozinho?!". Na academia, ainda acontece muito isso, as mulheres ainda sofrem muito assédio sexual, moral... Infelizmente, a academia não está isenta disso. Nós, mulheres, temos que nos impor academicamente e, muitas vezes, moralmente no sentido de saber muito bem nos impor, não nos deixar calar, não nos deixar subalternizar, porque – e falo um pouco pela minha experiência como estudante, como professora – no meio acadêmico, embora existam muitas mulheres, o pensamento masculino parece se impor ainda. A projeção das mulheres no campo ainda é algo que temos que trabalhar. A questão do assédio é uma coisa que tem vindo muito à tona, porque as mulheres, por muito tempo, não denunciavam. A relação professor-aluno é complicada e existem, conhecemos, casos recorrentes de assédio na universidade – agora parece que os professores que cometem assédio estão começando a ser denunciados e isso está começando a mudar. O espaço das mulheres, na universidade, ainda é um espaço que precisamos conquistar como de resto na sociedade como um todo. E a questão do assédio é importante. Aqui mesmo na UFPB participo de uma comissão de sindicância e tem muitos casos de assédio. O Fórum de Mulheres da UFPB, um coletivo criado nos últimos anos, tem atuado junto aos centros de ensino no sentido de dar andamento às denúncias com a criação de comissões

de sindicância compostas por uma maioria de mulheres. As estudantes sofrem assédio de professores e não acho que seja uma questão da Paraíba, é uma coisa que acontece em todas as universidades. Aqui, na Paraíba, contudo, sinto um machismo mais desvelado tanto na universidade, quanto fora dela, em todo tipo de relação das quais participamos, com os colegas, funcionários... Isso parece estar mais evidente aqui, não precisa ser tão maquiado. Sinto que o machismo, aqui no Nordeste especificamente, tem menos vernizes, ele aparece mais e os casos de assédio são muitos! Esse é um campo de batalha mesmo para nós.

LS: *Você falou, em geral, do ambiente acadêmico, da região... Mas, especificamente no campo da Ciência Política, você observa isso mais presente, menos presente?*

LA: Não observo, especificamente, que na Ciência Política haja uma diferença em relação ao contexto. Pelo menos, na minha experiência, não vejo. A Ciência Política é um campo majoritariamente masculino – acho pelo menos –, há muitos pesquisadores, mas não acho que tenha uma diferença sensível entre o campo da academia mais amplo e o campo da Ciência Política especificamente. No que me parece, essas relações são um pouco difusas em todo campo.

LS: *Como sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situou nesse quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina?*

LA: Como falei, a minha área de estudos, pelo menos desde o doutorado, se concentra na história do pensamento político, estou muito na fronteira entre a Ciência Política e a História das Ideias. Fiz o meu doutorado sanduíche na Itália e lá há o departamento de Estudos Políticos é muito interessante, porque junta a Ciência Política, o pensamento político e a história do pensamento político em um departamento interdisciplinar. Estou assim, na interface entre a Ciência Política e a Historia das Ideias. O marxismo, especificamente, tem uma particularidade, ele não nasce na academia, não é um pensamento que se interessa apenas pela pesquisa, é um pensamento que sempre se afirmou também pela política, pela prática... Por isso, ficamos nessa interface entre a teoria produzida na academia e a política concreta. O pensamento marxista se forma a partir do movimento socialista, dos movimentos do século XIX e vai, aos poucos, penetrando na universidade. Gramsci, que é o meu autor específico de pesquisa, sempre esteve preocupado com a universidade, preocupado em estabelecer um diálogo com o positivismo, com a Ciência Política oficial na Itália e estava, também, sempre muito dentro do campo da política. É essa a relação entre a academia como um campo de discussão teórica de pesquisa e a relação concreta de forças fora da academia, de um pensamento que se consolida em movimentos que, ao mesmo tempo que é uma riqueza, que traz muitas reflexões importantes, também nos deixa um pouco fora da academia. Acho que, por muitas vezes, o próprio campo do marxismo deixou de estabelecer os diálogos que precisava, inclusive com relação à questão da mulher – essas questões que são fundamentais –, deixou de tratar e perdeu muito com isso, mas hoje temos crescentemente nos preocupado com esses temas. Portanto, estou em um campo de fronteira e os meus estudos, especificamente de pensamento político e de história das ideias, me deixam próxima de outras áreas, de uma interdisciplinaridade. Gramsci é o autor marxista que mais estabelece diálogo com o campo amplo das Ciências Sociais, pois é o que mais tentou discutir, por exemplo, com a teoria das elites, com o positivismo, com o liberalismo, com a economia política... O que mais tentou estabelecer vínculos com as Ciências Sociais, com [Max] Weber, com Robert Michels, é o marxista que mais tenta estabelecer diálogo com o campo maior das Ciências Sociais e isso trouxe, para mim, que estudei a relação de Gramsci com a teoria das elites no doutorado, contribuições interessantes. Acho, também, que ele pode contribuir para o avanço do campo da Ciência Política mais geral, mas ainda é um diálogo muito difícil de estabelecer por questões teóricas e também por questões político-ideológicas, como me referi à hegemonia de

um pensamento norte americano especificamente; isto é, temos, claro, estudos gramscianos de vertente anglo-saxã, mas, no Brasil, me parece ainda que há pouco diálogo com a Ciência Política. A teoria política marxista ainda permanece nessa dificuldade de penetração, nessa marginalidade. Porém, considero que haja uma potencialidade muito grande e é o que estou tentando fazer com essa pesquisa. Tentando elaborar uma leitura de Brasil a partir da realidade concreta brasileira, partindo dos estudos sobre o país, mas trazendo categorias, principalmente de Gramsci, para iluminar esse contexto. Resumindo: me vejo, ainda, um pouco nas margens, mas acreditando que o diálogo é possível.

LS: *Como você avalia a sua condição de mulher diante de tudo isso e ainda como mulher na academia, especificamente na Ciência Política*?

LA: Acho que, como mulher, no mundo, há aquela necessidade de se provar igual ao homem, parece que temos que provar que somos competentes tanto quanto. Na academia, embora seja um ambiente que, do ponto de vista das relações mais aparentes, é um pouco mais aberto, a realidade da não igualdade ainda permanece. Hoje, o movimento feminista que está na universidade e isso que vocês estão fazendo – trazendo visibilidade, chamando a atenção para as mulheres e para aquilo que elas fazem, para as capacidades, para a pesquisa das mulheres e o próprio fato de estarmos aqui conversando hoje – reflete um pouco dessa nossa luta por igualdade. Me vejo, ainda, com desafios muito grandes à frente, de saber como proceder diante de um colega machista que destaca mais a sua beleza do que a sua capacidade, que chega e te faz um elogio, ou então diz que você será a secretária se está organizando algo junto com ele: "Não, você vai ser a secretária". É difícil saber. Confesso que, às vezes, fico um pouco atônita ainda, nem sempre consigo reagir como deveria na hora. Um colega machista, com uma atitude que acha completamente normal, está te diminuindo, está te subalternizando e você não sabe muito bem como agir. Como mulher na universidade, estou lutando e aprendendo a lutar, porque nem sempre consigo reagir à altura sem, de repente, tornar o ambiente de trabalho insuportável também. Acho que estamos sempre na corda bamba, sempre diante de uma situação que é claramente de machismo, que há muitas pessoas próximas e você não quer causar um escândalo, mas também não quer não dizer nada. Portanto, ainda tenho que aprender a como me impor em todas as situações. Olho assim e vejo que em muitas situações talvez não tenha conseguido reagir à altura do desaforo, reagir à altura da ofensa, porque é uma ofensa. Já fui apresentada, não na academia, mas para alguém da academia, assim: "Esse aqui é o fulano de tal, professor aqui da federal, e essa aqui é a sua esposa" como se eu também não fosse professora. E aí?! Esses são exemplos triviais, mas que mostram um pouco do nosso desafio, porque essa perspectiva do homem como principal pensador da casa, como pensador da universidade, está tão arraigada que as pessoas consideram normal, não problematizam aquilo. Como um professor chegar para uma aluna pegando na cintura ou tocando no braço achando ser a coisa mais normal do mundo; um professor tratar suas colegas de uma forma diferente de como trata os homens. Enfim, é uma miríade de situações que passamos cotidianamente e que nos fazem sentir mal, pois são situações muito ruins e que, como mulher na universidade, sinto que tenho desafios muito grandes e um deles é aprender a reagir na medida certa, na hora certa e não permitir que determinadas atitudes possam ser tratadas como normais, como naturais. É não permitir que, para não causar uma situação de maior desconforto para os outros, eu fique desconfortável. Não sei se sou só eu, mas tenho que aprender a lidar com isso. É um desafio enorme, na verdade.

LS: *Como você avalia e percebe a importância que vão adquirindo as demandas relacionadas a gênero nos últimos anos no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições, a exemplo de cotas, denúncias de assédio, tudo isso que você está acompanhando mais diretamente, inclusive? Se quiser contar um pouquinho da comissão que você faz parte...*

LA: Essa emergência de movimentos, de coletivos, de demandas de denúncias é fundamental. Inclusive, aqui na UFPB, existe um movimento de mulheres muito importante que tem se organizado para que os casos de assédio não fiquem sem nenhum tipo de retratamento, sem denúncia, como já mencionei, que é o Fórum de Mulheres. Nessa sindicância que faço parte, há muito trabalho do Fórum de Mulheres que tem se organizado para que os casos que cheguem até lá – porque ele tem se tornado uma referência para estudantes e professoras que sofrem assédio, já que tem atuado junto aos órgãos da universidade para que haja investigação – sejam apurados. A experiência que estou tendo nessa comissão de sindicância é que, primeiramente, as mulheres se sentem muito temerosas de fazer a denúncia, pois há uma dúvida se o que estão passando é, de fato, assédio: "Será que isso que estou passando é normal? Será que sou histérica?". Porque há uma naturalização muito grande, por exemplo, de um homem fazer uma observação sobre sua roupa, um olhar... Ele não está, abertamente, fazendo um convite sexual, mas aquilo é assédio, uma piada... Se for recorrente e aquilo te incomodar, determinados olhares te incomodam, nesse caso é assédio. Uma vez, um grupo de mulheres se sentiu extremamente incomodado, mas as mulheres tinham dúvidas se aquilo era assédio a ponto de irem à delegacia da mulher perguntar se era e a delegada disse que sim, mas não fizeram a denúncia.

LS: *Um mesmo grupo de mulheres...*

LA: Alunas.

LS: *Relacionadas a um mesmo professor?*

LA: Um colega. São importantes esses novos movimentos, essas novas agendas de pesquisa, o interesse público pelo problema, mas a primeira coisa que precisamos fazer é identificar que há um problema, porque, na maior parte dos casos, tendemos a naturalizar determinados comportamentos, a naturalizar e tentar explicar aquilo e não querer acreditar que você está sofrendo assédio. Esse momento em que vivemos é fundamental para que contribua para a afirmação dessa diversidade, da igualdade e em todos os sentidos, no sentido da afirmação, da liberdade de ser, de se vestir, de agir... Fiquei muito impressionada, quando cheguei aqui na UFPB, com os estudantes. Pelo menos, aparentemente, eles têm essa liberdade de se vestir, dos homens pintarem as unhas de verde, de ir de batom à sala de aula...

LS: *No seu Centro?*

LA: É, no CCHLA. Isso me impressionou positivamente, porque os meus alunos de Ciências Sociais se vestem com liberdade. Se um homem quiser, põe saia, usa batom... Isso é uma realidade muito animadora e que vamos ter que brigar por ela – imagino que teremos que brigar muito. E o que me deixa feliz é que o movimento de mulheres, os coletivos, os partidos, a academia, as pesquisas estão olhando para isso. Em 2017, nas últimas eleições da Adufpb, nossa seção sindical do Andes [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior] aqui na UFPB, participei da chapa de oposição – formada pelo coletivo de professores do qual faço parte aqui, o Cordel – Coletivo Representativo dos/as Docentes em Luta – que era composta, majoritariamente, por mulheres: 13 mulheres para 18 membros no total, sendo mulheres na presidência, vice-presidência, secretaria geral e tesouraria. Obtivemos 40% dos votos. Sabendo que o movimento sindical ainda é

um dos bastiões do machismo e que a participação feminina ainda é baixa, isto foi importantíssimo para nossa luta aqui. E nesse tempo, a emergência desses movimentos de mulheres, que já faz pelo menos uma década no mínimo, conseguiu aglutinar forças para enfrentar o que vem pela frente. Acho que o movimento de mulheres é hoje a força mais organizada que temos para enfrentar. Durante as eleições gerais de 2018, as mulheres deram uma mostra de força, de capacidade de organização e capacidade de se colocar em um debate público. Tenho muita confiança de que essas forças que foram acumuladas nesse período anterior, pelo menos na última década, vão ser muito importantes para enfrentarmos o que vem pela frente. Um dos maiores desafios é desnaturalizarmos as relações do nosso cotidiano, pararmos de justificar as atitudes dos outros que nos deixam desconfortáveis e aprendermos como enfrentar isso cotidianamente, porque, do ponto de vista político mais amplo, temos que enfrentar também, mas, do ponto de vista da nossa subjetividade, do nosso cotidiano, os desafios são tão grandes quanto. Estou falando sobre a necessidade da emancipação do subalterno. Por exemplo, um colega meu me deixando desconfortável, fazendo com que me sinta subalterna e não consigo reagir. Ou seja, essa questão da coerência de teoria e prática é a coisa mais difícil do mundo, porque você teoriza, sabe e entende o que aquilo representa politicamente e como, politicamente, enfrentar, mas as relações mais finas do cotidiano são menos claras. Nesse sentido, é muito promissor que as mulheres se reúnam e façam trocas de experiências, o que parece ter se tornado mais frequente ultimamente.

LS: *Você já enfrentou situações difíceis por ser mulher no exercício da sua profissão?*

LA: Já, já enfrentei. Situações cotidianas, com colegas, acontecem recorrentemente. Acho que as mulheres acabam sendo sim prejudicadas pelo machismo, acabam abrindo mão de orientações – não que isso tenha acontecido comigo –, abrindo mão de grupos por causa de assédio. Eu, especificamente, fui vítima, por ser mulher, de problemas na universidade, porém essas questões nunca chegaram a me prejudicar efetivamente. Mas isso é uma realidade da universidade, essa ideia de que você é menos capaz, que se tem um homem e uma mulher o homem é melhor...

LS: *Você fala de não ter sido efetivamente prejudicada, mas teve algum tipo de prejuízo?*

LA: Prejuízo emocional teve. No sentido de que não fui punida por um erro que não foi meu.

LS: *Mas de todas essas microrrelações que você comentou, há um desconforto na sua fala. Gostaria que você explorasse mais isso, pois prejudica sua própria atividade, ou mesmo outros níveis como o emocional. Você deu exemplo de pessoas que deixaram de coordenar, são situações em que a pessoa toma uma atitude mais drástica. Pode haver efeitos mais sutis, mas que também são significativos. Gostaria que você falasse disso, da sua experiência, se houve algum tipo de prejuízo nesse sentido.*

LA: Quando digo que, efetivamente, não aconteceu, estou falando mais do ponto de vista de processos de punição ou de desligamento, ou de processos seletivos que eu tenha deixado de participar, de concorrer por conta disso. Mas, é claro, do ponto de vista emocional, isso é um desgaste continuo. Ele parece muito pequeno, como um conta-gotas, mas sendo contínuo ao longo da trajetória. A vontade que tenho é de me afastar de determinadas pessoas, de não ter mais aquela experiência, não viver mais aquilo. Contudo, vem a questão de que se você foge da situação não a resolve. Me sinto sim prejudicada nesse sentido da subjetividade, do desgaste emocional. Essa relação de estar em uma equipe de professores organizando qualquer coisa e eles acharem que as mulheres têm que fazer as atividades práticas é recorrente e acho que isso precisa ter uma reação imediata. Nem sempre consegui reagir e quando não reajo me sinto pior, porque não reagi, não deixei as coisas claras como deveriam ser, não me impus como deveria me impor. Há esse prejuízo

emocional. Como falei, é uma questão de não naturalizar, não levar para casa e tentar reagir no momento. E isso é uma construção, pois ninguém está preparado para todas as situações que vão acontecer, e elas acontecem concretamente. Falei que não tive prejuízo, mas você me chamou a atenção para o prejuízo que talvez seja o mais duradouro que é o emocional. E essa questão do machismo é muito arraigada, é muito difícil, às vezes, até de falar "isso foi uma ofensa", questionamos "isso foi uma ofensa, não foi?!" e quando você vê já passou o momento e você se sente mal. É terrível.

LS: *Já encerrei o nosso roteiro, mas gostaria de saber se você tem algum comentário para fazer de todas essas questões. Alguma palavra final?*

LA: Só em relação ao tempo em que vivi no Tocantins, Bico do Papagaio. Passei a maior parte da minha vida no Sudeste e temos a impressão que o Brasil é muito aquilo que vivemos no Sudeste mesmo. Quando estamos aqui no Nordeste, temos outra perspectiva, mas quando vamos para o Tocantins, já no Bico do Papagaio, quase no Norte, percebemos que o Brasil é outra coisa. Estou falando aqui de sutilezas, só que, naquela região, as relações são muito mais brutas e a condição da mulher é infinitamente pior, infinitamente pior... É de uma violência absoluta tanto o assédio que alunas e professoras estão submetidas, como as relações são violentas. O desafio é muito grande não só de criar um movimento de mulheres e uma visibilidade muito grande, mas também de fazer com que isso chegue ao Brasil profundo. Na Universidade Federal do Tocantins, havia um curso de Ciências Sociais, havia Ciência Política, mas as discussões estavam muito aquém do rigor acadêmico. As discussões tinham que ser muito elementares, porque as realidades que se vive de educação, de pobreza, são tão mais profundas que não dá para falar da condição da mulher no Brasil, porque a condição da mulher é muito diferente em cada região. Ali no Bico do Papagaio, a mulher está muito exposta. Estamos expostas, vulneráveis, a situação é extremada. Quando pensamos a Ciência Política, quando pensamos na condição da mulher na Ciência Política é um assunto que tem que ser estendido também para situações em que o coronelismo é muito, muito mais forte do que sentimos aqui, do que se sente no Sudeste. Como a dominação masculina é muito mais presente, como ela se impõe muito mais nesses rincões do Brasil. A importância de levar certas discussões para todo o país, de sair do regionalismo, os congressos precisam rodar um pouco mais o Brasil. Se temos essa preocupação das mulheres na Ciência Política, a Ciência Política de ponta tem que ir para todas as pontas, tem que alcançar. É a necessidade de ir até onde as pessoas estão também, de pensar o Brasil como um todo e não o Brasil Sudeste, porque as dificuldades de gênero também são dificuldades de classe, que se aprofundam regionalmente. Acho que essa é uma preocupação desse projeto, por isso estou falando, porque a realidade do Norte do Brasil é uma realidade extremada ao que se refere à violência física e simbólica. As condições das mulheres nas regiões oscilam muito e acho que lá há uma situação muito radical de violência mesmo.

LS: *Agradeço mais uma vez por você ter aceitado nosso convite. Acho que refletimos juntas na entrevista. Muito obrigada.*